

1ª Conferência Internacional sobre a Teoria da Propriedade Comum de Recursos Naturais

Zonguene, 20 – 24 de Julho de 1999.

*A Experiência do Projecto Moçambique/FAO/Holanda em Áreas Piloto
de Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia em Maputo e
Nampula*

por Eduardo Mansur¹
e Isilda Nhamumbo²

Summary

Community based natural resource management (CBNRM) has been adopted as a strategy towards sustainable use of forestry and wildlife resources with the involvement of the local community. This entails access to resources through ownership or user rights to the community and to other stakeholders. The current policy and legal framework, land as well as forestry and wildlife, create an enabling environment for implementation of this strategy. There is a clear recognition of both the rights and roles of the community and the private sector in the use and management of the resources. The National Directorate of Forestry and Wildlife (DNFFB) with technical assistant of FAO and Dutch financial support is developing a model of implementation of CBNRM in Mozambique, which can be replicated in similar projects in the country. This model emphasis the need to integrate three variables, a strong community organisation, empowerment and capacity building in order to incentive the participation of the community in sustainable use and management of the common resources. Further, these should guarantee equity in terms of benefit sharing, access to training and power to make decisions regarding natural resources.

I. Introdução

O Estado sempre foi o detentor da propriedade da terra como garante da integridade e controlo dos recursos. A exploração privada foi privilegiada durante o tempo colonial, especialmente para as grandes companhias de produção de matéria prima como algodão, chá, tabaco, coco e outras. Contudo, a independência veio promover o direito de uso colectivo como uma forma de garantir a equidade no acesso à terra e aos meios de

¹ Engenheiro Florestal, M.Sc., Assessor Técnico Principal do Projecto Moçambique/FAO/Holanda – “Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia”. Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia – Unidade de Apoio ao Maneio Comunitário DNFFB/UMC. Caixa Postal 1928 Maputo, Moçambique. Fax (+258 1) 460060. E-mail emansur@dnffb.imoz.com

² Engenheira Florestal, M. Sc., Ph.D., professora de economia florestal da Universidade Eduardo Mondlane e especialista de economia florestal do Projecto Moçambique/FAO/Holanda. Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia – Unidade de Apoio ao Maneio Comunitário DNFFB/UMC. Caixa Postal 1928 Maputo, Moçambique. Fax (+258 1) 460060. E-mail ftpp@virconn.com

produção agrícola. Este sistema de propriedade co-existiu muitas vezes com a "posse" privada da terra para a agricultura familiar, adquirida através de entidades tradicionais e, com o acesso livre e comum para as áreas florestais e de pastagem.

Os recursos florestais e faunísticos são propriedade do Estado, mas todos os instrumentos legais e de política actuais admitem e procuram promover a participação local na sua gestão, sem no entanto desmotivar o investimento privado. O manejo comunitário dos recursos florestais e faunísticos (MCFFB) como estratégia de uso e manejo sustentável passa pela garantia de acesso e sentido de propriedade do recursos pelas comunidades. O projecto DNFFB/FAO/Holanda está implementando esta estratégia com experiências piloto em Nampula e Maputo.

Este trabalho faz uma breve resenha das políticas que directa ou indirectamente influenciam o acesso, uso e manejo das florestas e fauna como apresenta um modelo que identifica as principais variáveis envolvidas na promoção do MCFFB, baseado nas experiências realizadas nas áreas piloto.

II. O quadro de políticas do sector

Políticas e leis do sector

Desde a assinatura dos Acordos de Paz em 1992 e as primeiras eleições gerais de 1994, Moçambique está engajado na elaboração de instrumentos legais e de política que orientem o desenvolvimento da sociedade nesta nova fase da sua história.

No âmbito florestal e faunístico, os principais instrumentos obtidos estão apresentados no quadro 1.

Quadro 1: Alguns instrumentos legais e de política relevantes para o desenvolvimento sustentável do sector florestal e faunístico em Moçambique

Instrumento	Aprovação
Política e Estratégia Nacional de Florestas e Fauna Bravia	Abril de 1997
Lei de Terras	Outubro de 1997
Lei do Meio Ambiente	Outubro de 1997
Programa Nacional de Florestas e Fauna Bravia (no âmbito do PROAGRI)	Abril de 1998
Regulamento da Lei de Terras	Dezembro de 1998
Lei de Florestas e Fauna Bravia	Março de 1999
Regulamento Florestal e Faunístico	Em elaboração

Trata-se, como se pode observar, de um quadro geral bastante recente e em evolução, que tem como vantagens o facto de incorporar visões modernas de gestão participativa dos recursos, e como desvantagens o facto de ainda não ter sido suficientemente experimentado na prática.

Todavia, ele representa o culminar da procura de reformas no sector que iniciou com a elaboração das Bases para Política de Florestas e Fauna Bravia (1987), a Estratégia de

Desenvolvimento de Florestas e Fauna Bravia (1991) que serviram de pilares para a nova visão de desenvolvimento e uso sustentável do recurso.

Como referido na introdução, os recursos florestais e faunísticos embora propriedade do Estado, todos os instrumentos legais e de política actuais admitem e procuram promover a participação local na sua gestão, sem relegar ao segundo plano o papel do sector privado. A transferência da posse do recurso para o privado tanto sob a forma de licença simples ou sob a forma de concessão é incentivada pela nova Política de Florestas e Fauna Bravia como forma de reduzir a exploração extractiva e promover o uso e manejo sustentável. Portanto, a participação de ambos actores é facilmente compreensível num país onde cerca de 78% da população vive na zona rural, praticando agricultura de subsistência com estratégia de sobrevivência; onde 70% do território nacional está coberto por vegetação natural, e onde aproximadamente 23% do território possui florestas possíveis de serem manejadas para a produção sustentável de madeira tropical.

Portanto, do ponto de vista das comunidades, a posse da terra para a produção, no novo quadro político de florestas e fauna bravia, procura reconhecer ambos o direito privado (da família e do investidor) como o direito colectivo (direito comunitário), inclusive procura privilegiar a parceria para a exploração sustentável do recurso.

O Programa Nacional de Florestas e Fauna Bravia

Neste quadro geral, vale destacar o Programa Nacional de Florestas e Fauna Bravia, desenvolvido de forma consultiva desde 1991, que culminou com sua aprovação em abril de 1998, no âmbito do PROAGRI – O Programa de Investimentos do Sector Agrário de Moçambique.

O Programa possui quatro componentes prioritárias:

- A. Fortalecimento Institucional e descentralização
- B. Reabilitação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas
- C. Participação Comunitária na Gestão dos Recursos Florestais e Faunísticos
- D. Produção Florestal Industrial Sustentável

Para o desenvolvimento do Programa, o Governo tem procurado parceiros nacionais e internacionais que apoiam projectos específicos. Neste momento, destacam-se como principais parceiros do sector florestal e faunístico no país o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), a Facilidade Mundial para o Ambiente (GEF), a FAO, o Governo da Holanda, a Fundação Ford, e a Cooperação Finlandesa (Finnida).

Neste contexto, a FAO (com financiamento holandês), bem como a Fundação Ford, estão particularmente envolvidas no apoio à Componente “C” do Programa, visando criar um ambiente favorável para o manejo participativo e sustentável dos recursos florestais e faunísticos.

O Projecto Moçambique/FAO/Holanda

O Projecto "Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia" iniciou em Junho de 1997, com duração prevista de cinco anos, procurando contribuir para os seguintes objectivos de desenvolvimento:

- Qualidade de vida da população rural melhorada através do maior acesso aos produtos da floresta e fauna bravia para uso familiar e venda, e também para geração de receitas a partir do emprego, pequenas industrias e taxas de caça.
- Base produtiva das florestas, agricultura e pecuária protegidas, manejadas e usadas racionalmente pelas comunidades locais.

O Projecto actua através de três componentes inter-relacionadas, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2: Componentes do Projecto "Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia"

Componente	Instituições contrapartes	Alcance
I. Áreas Piloto de Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia	Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia (SPFFB) de Maputo e Nampula	Estabelecimento de duas áreas piloto de MCFFB ³ nas províncias de Maputo e Nampula; criação de capacidade técnica local a nível dos SPFFB envolvidos
II. Fortalecimento Institucional para o MCFFB	Unidade de Apoio ao Maneio Comunitário da DNFFB (UMC), Unidades Provinciais de Apoio ao Maneio Comunitário dos SPFFB, e ONGs	Metodologias validadas, pessoal treinado e ambiente institucional favorável à promoção do MCFFB
III. Ensino e Investigação	Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da UEM; Instituto Agrário do Chimoio (IAC) e Centro de Experimentação Florestal (CEF)	Desenvolvimento curricular, formação e investigação aplicada ao MCFFB.

Este trabalho concentra-se nas experiências desenvolvidas em duas áreas piloto do Projecto: Goba e Senhôte, localizadas nas províncias de Maputo e Nampula, respectivamente.

³ MCFFB – Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia

III. Características das Áreas Piloto

Goba

Goba é uma aldeia localizada no distrito da Namaacha, a cerca de 75 km da cidade de Maputo, na cordilheira dos montes Libombos, que divide o sul de Moçambique do Reino da Suazilândia e da República da África do Sul. A altitude média é de 400 m sobre o nível do mar e a precipitação é de cerca de 700 mm/ano, da qual 60% concentra-se nos meses de Dezembro a Março.

Foi seleccionada como área piloto do Projecto porque praticamente a totalidade das 300 famílias que habitam na zona produzem carvão vegetal como única fonte de ingressos, e porque os recursos florestais locais estavam sendo degradados. Além disso, é uma área importante para a conservação da bacia do rio Umbeluzi (única fonte de água doce da cidade de Maputo) e possui uma vegetação rica em diversidade (com a presença de espécies valiosas como *Androstachys johnsonii*; *Spyrostachys africana*; *Afzelia quanzensis*) e endemismos (p.e. *Encephalartus umbeluzensis*, exclusivo desta área em que o rio Umbeluzi cruza os Montes Libombos).

A área seleccionada para o manejo comunitário corresponde à microbacia do rio Mandhimbe, afluente directo do rio Umbeluzi, com cerca de 10.000 ha. Corresponde a um único regulado – Mazia, que se estende por laços familiares também a uma aldeias vizinha no Reino da Suazilândia, denominada Shewula.

Antes do início do Projecto, o acesso aos recursos florestais era livre, pouco controlado tanto para o uso agrícola como de produtos florestais. Consequentemente, os exploradores de lenha, carvão e toros procedentes de outras regiões (principalmente da cidade de Maputo), bem como caçadores furtivos eram presenças constantes na área. O projecto iniciou as suas actividades em Goba em Fevereiro de 1998.

Senhôte

A área piloto de Senhôte corresponde a cerca de 12.000 ha da floresta de Narini, no distrito de Monapo, a cerca de 150 km da cidade de Nampula. Pelo menos três regulados disputam os limites da área florestal, que envolve directamente a população das aldeias de Senhôte (cerca de 600 famílias) e Niviriha (cerca de 80 famílias). Trata-se de uma floresta remanescente numa zona onde predomina a agricultura familiar (milho, mandioca, mapira e feijão) e comercial (algodão, girassol) com certo grau de intensidade.

A floresta de Narini possui um stock relativamente importante de espécies madeireiras com valor comercial (*Chlorophora excelsa*, *Milletia stuhlmannii*, *Pterocarpus angolensis*). Foi seleccionada como área piloto do Projecto porque uma parte importante da população de Senhôte e Niviriha vive da produção e comercialização de madeira serrada e artigos de madeira (portas, janelas e mobiliário diverso). Todo o processo industrial é manual e a comercialização é feita ao longo da estrada que cruza Senhôte, e liga as duas cidades mais importantes da Província: a capital provincial (Nampula) com o porto de Nacala.

Antes do início do Projecto, o acesso era livre, as actividades de exploração e comercialização destes produtos florestais eram feitas sem critérios de sustentabilidade, não estavam legalizadas e, consequentemente, geravam conflitos entre a comunidade

local e as autoridades locais. O Projecto iniciou as suas actividades na zona em Agosto de 1997.

IV. O modelo de MCFFB aplicado

Em ambas áreas, o desenvolvimento de um sistema participativo de gestão dos recursos naturais, com ênfase nos recursos florestais e faunísticos, é um processo em evolução, onde tanto o Estado como as comunidades locais estão aprendendo e fazendo ajustes.

O modelo apresentado identifica as principais variáveis envolvidas na promoção do MCFFB, baseado nas experiências realizadas em Goba e Senhôte. O modelo visa motivar o debate e facilitar a aplicação de modelos similares em outras áreas do país.

Alcançando o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais

O envolvimento comunitário na gestão dos recursos florestais e faunísticos em Goba e Senhôte depende da capacidade e disposição do Governo de “entregar” tais recursos à gestão local, assim como da capacidade e disposição da Comunidade Local de “recebê-los”.

O grau de envolvimento da comunidade local na gestão dos recursos naturais é directamente proporcional ao grau de percepção de todo o processo, seu papel, proveitos para os diferentes actores incluindo o Governo e Comunidade Local, assim como das suas respectivas capacidades e disposições em promover o MCFFB.

É importante notar que nenhum destes actores pode ser representado por uma única instância ou nível. O Governo, neste caso, significa o conjunto das autoridades e técnicos relacionados com o uso da terra e dos recursos naturais a níveis central, provincial e local, correspondendo a uma gama variada de pessoas e instituições que intervêm e tomam decisões neste processo, baseada em políticas e na legislação vigentes.

Da mesma forma, a Comunidade Local não é um conjunto homogéneo de pessoas que imediatamente percebe, aceita, prioriza e implementa a gestão participativa dos recursos. A Comunidade Local é uma réplica da sociedade como um todo, onde existem diferentes níveis de entendimento, interesses, posses, poderes, lideranças e processos para tomada de decisão.

Neste cenário, não basta haver um quadro legal ou institucional favorável ao MCFFB. Torna-se necessário informar, motivar, e eventualmente treinar algumas das pessoas chaves envolvidas nos diferentes níveis do processo, tanto do lado do Governo como no da Comunidade Local, para que desenvolvam as suas capacidades e disposições em promover e participar na gestão comunitária dos recursos naturais.

Neste cenário, três variáveis resumem os factores essenciais que o Projecto está a aplicar em Goba e Senhôte, para alcançar o Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia:

- Organização Comunitária (Community Organization)
- Reconhecimento Legal e Poder Local (Empowerment)
- Fortalecimento das Capacidades Locais (Local Capacity Building)

Neste modelo, o MCFFB é entendido pelo envolvimento gradual da Comunidade Local na gestão dos recursos naturais, com ênfase nos recursos florestais e faunísticos. O grau de envolvimento comunitário será tanto maior quanto maior for a evolução alcançada nas três variáveis seleccionadas, de forma simultânea ou concomitante. A figura 1 ilustra este modelo.

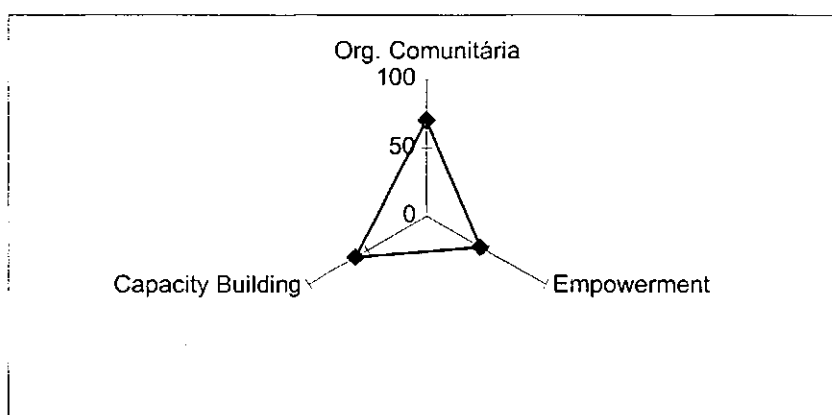


Fig. 1 – Variáveis relevantes para o alcance dos objectivos do MCFFB

A Organização Comunitária

As Comunidades Locais possuem diferentes estruturas e tipos de organização, tanto tradicionais como políticas, religiosas e governamentais. Mas tanto em Goba como em Senhôte, nenhuma das estruturas já existentes está vocacionada para a gestão participativa e equitativa dos recursos florestais e faunísticos, apesar de que nenhuma delas se opõe ao princípio do MCFFB. Desta forma, e com o apoio do Projecto, foram criados Comités de Gestão dos Recursos Naturais em cada aldeia. Trata-se portanto da criação de mais uma estrutura comunitária, com vocação definida para a gestão participativa dos recursos florestais e faunísticos. É condição *sine qua non* as demais estruturas organizativas existentes na aldeia estarão dispostas a coexistir com este Comité.

A forma de representação é decidida pelos membros da Comunidade que participam nos encontros facilitados pelo Projecto, e logo a sua proposta é apresentada à comunidade de uma forma mais ampla, para ser validada. O Projecto procura intervir o mínimo possível, mas recomenda que as pessoas eleitas para a direcção dos Comités de Gestão não estejam simultaneamente a ocupar outros postos de direcção política ou governamental na aldeia. Recomenda ainda o equilíbrio de género e a observância dos princípios de equidade em todo o processo, tanto nos seus direitos como nas suas obrigações.

Em Goba, aquando da realização de cinco reuniões com diferentes pessoas, com uma média de 80 participantes por encontro, onde se conduziu um processo de identificação e priorização dos objectivos de desenvolvimento da Comunidade utilizando o método de desenho e debate, estes participantes decidiram criar um Comité de Gestão Comunitária oficialmente designado "Goba Ntava Yedzu" ("Nossa Planície"), mas conhecido por Grupo "30", posto que, é composto por 30 pessoas (15 homens e 15 mulheres) representantes dos diferentes bairros e assentamentos da zona. O Grupo "30" elegeu uma Comissão de Gestão, designado por Grupo "10", formado por 5 homens e 5 mulheres que são membros do Grupo "30" mas assumem mais directamente a responsabilidade de gestão dos recursos florestais e faunísticos numa área determinada. Neste caso, tal área trata-se dos aproximadamente 10 mil hectares da microbacia do rio Mandhimbe.

O Projecto facilitou a criação do Comité Local apoiado por um jurista que actuou como consultor para o Grupo comunitário definir os seus estatutos e modalidades de operação. Um processo similar foi desenvolvido em Senhôte e Niviriha, onde ambas aldeias contam com seus Comités de Gestão dos Recursos Florestais e Faunísticos.

Alguns dos indicadores de êxito da organização comunitária para a gestão dos recursos naturais até agora observados em Goba e Senhôte são:

- Os Comités estão criados com base em estatutos e acta de constituição discutidos publicamente e acordados de forma participativa pelos seus membros;
- A participação é voluntária;
- A motivação é alta;
- Existe equidade, respeito e equilíbrio de género nas acções, direitos, obrigações e na tomada de decisões dos Comités;
- Participação activa na tomada de decisão, capacidade de negociação com terceiros;
- As acções desenvolvidas são transparentes e geralmente conduzem ao consenso do grupo.

O Reconhecimento Legal e o Poder Local

Paralelamente ao processo de organização comunitária para a gestão dos recursos naturais, os Comités recém criados procuram construir uma relação de confiança e respeito com as demais estruturas da comunidade, assim como com os outros actores interessados nos recursos florestais e faunísticos – Governo local, provincial e nacional, sector privado, ONGs', etc. Em outras palavras, é fundamental que as autoridades, empresários, técnicos e outros actores identifiquem e reconheçam o Comité como uma instância de diálogo e concertação da Comunidade Local, para os assuntos relacionados com a gestão dos recursos naturais. Além da aceitação pública, este reconhecimento deve ter base legal, para permitir ao Comité actuar como sujeito de pleno direito na sociedade e no país.

O reconhecimento legal da posse e do direito de uso e aproveitamento dos recursos naturais pela Comunidade Local é um dos factores essenciais para que esta Comunidade esteja interessada em participar na gestão destes recursos. Tanto em Goba como em Senhôte, as áreas de uso comum onde existem os recursos florestais a serem manejados de forma colectiva, foram delimitadas e estão a ser tituladas em nome das Comunidades Locais, como permite a Lei de Terras e seu Regulamento. Em ambos casos, são os

Comités Locais que iniciaram este processo e que estão a representar a Comunidade Local neste acto. Serão estes Comités os depositários do título de uso e aproveitamento da terra da Comunidade, e os responsáveis perante as autoridades governamentais, para o seu uso sustentável e conservação.

Alguns dos indicadores de êxito do reconhecimento legal e do poder local para a gestão dos recursos naturais que se espera sejam consolidados em Goba e Senhôte são:

- As estruturas e autoridades locais, tanto tradicionais como governamentais, políticas e religiosas, aceitam, co-existem, participam e convidam o Comité a participar nas decisões relacionadas com a gestão dos recursos naturais da zona;
- A população local identifica e reconhece o Comité como uma instância local responsável pela gestão dos recursos florestais e faunísticos da sua área de influência.
- Os Comités representam a Comunidade Local nos processos de obtenção do título de uso e aproveitamento da terra delimitada para o manejo florestal comunitário;
- Obtenção do direito ao uso e aproveitamento da terra comunitária;
- Os Comités são sujeitos de pleno direito, podendo participar das diferentes instâncias na sociedade civil, tais como contratar, receber doações, administrar recursos, abrir contas bancárias, firmar compromissos, entre outros.
- As autoridades governamentais, desde o nível central até o nível local, reconhecem o Comité Local como órgão de representação e interacção nas questões relacionadas com o uso e a conservação dos recursos florestais e faunísticos da zona;
- Empresários, comerciantes e outros representantes do sector privado interessados nos recursos florestais e faunísticos da zona, identificam, reconhecem e interagem com o Comité no desenvolvimento de suas actividades relacionadas com tais recursos;
- O Comité é reconhecido pelos actores interessados no uso e na conservação dos recursos florestais e faunísticos como uma instância importante na gestão de conflitos referentes aos recursos naturais da zona.

O Fortalecimento das Capacidades Locais

Tanto em Goba como em Senhôte tem sido necessário apoiar a formação das capacidades locais de gestão e aperfeiçoamento de ofícios simultaneamente à organização comunitária e ao seu reconhecimento. Esta formação envolve aspectos técnicos, tais como o manejo florestal, controle do fogo, legislação florestal e faunística, assim como aspectos administrativos e de gestão, tais como contabilidade, administração, comercialização, estudos de mercado, planificação, monitoria e avaliação.

Geralmente, parte-se da formação de um grupo que se destaca na Comunidade ou no Comité por demonstrar maior interesse, disponibilidade ou habilidade para lidar com as questões referentes à gestão participativa dos recursos. A estas pessoas o projecto designa "Promotores", e incentiva o seu papel como disseminadores da filosofia de gestão participativa e sustentável do recurso.

Também inclui-se no fortalecimento das capacidades locais, a necessidade de utilizar de forma sustentável (social, económica e ambientalmente) os recursos aos quais a Comunidade tem acesso. Assim, é necessário inventariar estes recursos, identificar

formas mais apropriadas de explorá-los e comercializá-los para a melhoria da qualidade de vida das famílias residentes na zona.

Alguns indicadores do fortalecimento das capacidades locais são:

- O Comité e demais Grupos de Interesse planificam, implementam e avaliam de forma participativa as acções a desenvolver e metas a alcançar, com sensibilidade aos aspectos de equidade, género e sustentabilidade no uso dos recursos existentes;
- A Comunidade Local executa o plano maneio dos recursos florestais e faunísticos da sua área de influência com base em princípios de sustentabilidade e observando as normas e tradições locais;
- A comunidade local explora o recurso e torna-o rentável através do processamento, garantido o valor acrescentado do mesmo, bem assim um maior proveito para a comunidade.
- Melhoramento do bem estar social da comunidade através de melhor conhecimento de ofícios e criação de postos de emprego alternativos à exploração não sustentável do recurso florestal e faunístico.

Conclusões

Baseado nas experiências empíricas desenvolvidas pelo Projecto Moçambique/FAO/Holanda nas áreas piloto de Maputo e Nampula, os autores concluem que três variáveis são indispensáveis para a gestão da propriedade comum dos recursos florestais e faunísticos destas áreas:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Organização Comunitária (Community Organization)• Reconhecimento Legal e Poder Local (Empowerment)• Fortalecimento das Capacidades Locais (Local Capacity Building) |
|---|

Cada variável apresenta um conjunto de indicadores que revela o seu grau de alcance nas comunidades envolvidas. Tais variáveis são interdependentes e concomitantes para o alcance do maneio comunitário dos recursos envolvidos. Os princípios de equidade na distribuição de benefícios, na representação de todos os beneficiários ou intervenientes, bem assim na existência de oportunidades iguais de capacitação é essencial para a satisfação dos indicadores de todas as variáveis.

Outras conclusões observadas foram:

- O sentido de posse e o reconhecimento do direito de uso e aproveitamento dos recursos pelas comunidades locais, por parte das autoridades e do sector privado é o principal incentivo ao MCFFB;
- O envolvimento das comunidades locais na gestão dos recursos naturais depende da capacidade e da disposição tanto do governo de transferir o poder e a responsabilidade de gerir o recurso à comunidade como desta de ser capaz de usá-lo de forma racional.
- Imparcialidade política
- É necessário haver pessoas e recursos florestais e/ou faunísticos utilizados pelas comunidades locais, para que o modelo seja aplicável.